

Maria Antónia Lopes

**Na rota da 3^a invasão francesa:
o concelho de Mangualde e as suas vítimas.**



Ficha técnica

Título

Na rota da 3ª invasão francesa:

o concelho de Mangualde e as suas vítimas.

Autor Maria Antónia Lopes

Edição Câmara Municipal de Mangualde

Coordenação da publicação António Tavares, Gestão e
Programação do Património Cultural

Supervisão de produção Cátia Correia

Design e paginação Nelson Ferreira

Gravuras e fotografias Jorge Braga da Costa / Câmara
Municipal de Mangualde; António Tavares

Índice

Nota de abertura	5
Nota introdutória	6
Agradecimentos	9
Dedicatória	10
Introdução	11
Os concelhos de Azurara e de Tavares nos inícios do século XIX.	13
As invasões francesas (1807-1811)	17
Invasão do actual concelho de Mangualde em Setembro de 1810	23
Os Franceses passam ao lado de Mangualde em Março de 1811	35
A devastação resultante da 3ª invasão	39
Identificação das vítimas mortais conhecidas do actual concelho de Mangualde	47
Fontes e Bibliografia	53

Nota de abertura

Evocar as memórias que, a partir de cada indivíduo, totalizam a memória colectiva constitui uma obrigação, inequívoca, das comunidades para fazer cumprir o direito à sua legítima perpetuação no devir histórico.

Não fora a pesquisa dos acontecimentos, o registo escrito dos factos e a sua interpretação, e da memória da História dessas comunidades apenas se guardaria uma ínfima e diáfana recordação.

O resgate dessas reminiscências, e que nos salva do esquecimento, é tarefa do historiador.

É da investigação, da compulsão das fontes, do vasculhar nos livros, dos seus escritos, do seu trabalho que o profissional da História lança luz sobre os tempos passados, sobre a vida das pessoas ou, como no caso presente, sobre a morte de gente anónima.

Foi a incessante pesquisa realizada pela Senhora Professora Doutora Maria Antónia Lopes que “ressuscitou” aqueles que, em pavor, errando por bosques e montanhas deste concelho, pereceram às mãos do invasor francês, faz agora não mais que duzentos anos.

Esta obra embrenha-nos numa realidade que dá conta dos males infligidos àqueles que, nada tendo a ver com as impetuosas vontades dos que ciclicamente tendem a dominar o mundo, acabam por se transformar em vítimas.

Numa intenção, autêntica, de prestar homenagem aos mangualdenses identificados e àqueles que, por falta de fontes se desconhecem, queremos assumir esta obra como o memorial às vítimas mangualdenses das Invasões Francesas.

João Azevedo
Presidente da Câmara Municipal de Mangualde

Nota introdutória

Quando, em finais de 2009, a Câmara Municipal de Mangualde ideava o plano cultural para o ano seguinte, a nortear o espírito estava presente a preocupação de conceber uma programação que envolvesse as memórias do povo mangualdense, remotas ou mais recentes.

Por norma, as datas certas, como os centenários, os bicentenários de acontecimentos, positivos ou não, são sempre um bom motivo para se proceder à sua lembrança. Não é de todo inocente, perante um acontecimento histórico, optar-se pela comemoração ou pelo assinalar desse mesmo evento. Com efeito, comemorar ou assinalar resulta sempre da nossa posição – quer do ponto de vista pessoal quer do ponto de vista comumente aceite, ou instituído – face ao facto que se pretende lembrar.

Em 2010 iria, por toda a parte, realizar-se, com o apoio do Estado, a comemoração do 1º Centenário da República. Também Mangualde se não alheou dessa iniciativa, todavia pretendíamos fazer saltar à lembrança algo que estivesse mais diluído, mais perdido na esfera mental que conjuga o esquecimento e a memória.

Sabendo que o território de Mangualde ficou na rota de passagem das tropas francesas sob o comando de Massena, em 1810, em nova demanda de Lisboa, questionámo-nos que rasto teriam deixado por estas terras. Que vestígios, afinal, ficaram da passagem das tropas Napoleónicas no presente território?

Parcas eram as notas historiográficas que alguma conta davam disso. Da tradição oral, das memórias dos mais idosos, ecoavam algumas histórias um pouco ao jeito de “algo de má memória”, porém nada mais...

Sabíamos do labor de investigação na área da história social - em concreto das camadas sociais mais desfavorecidas, dos pobres, dos miseráveis –, para o período das Épocas Moderna e Contemporânea, da

Professora Doutora Maria Antónia Lopes, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Inevitavelmente lhe endereçámos o convite para que pesquisasse sobre a problemática da passagem dos franceses por terras, à época, de Azurara e de Tavares.

O desfecho foi uma extraordinária comunicação apresentada no Auditório dos Paços do Concelho, perante uma enlevada plateia.

O passo seguinte traduzir-se-ia, obrigatoriamente, na publicação que ora se dá à estampa dessa mesma palestra.

Pensamos que, com este contributo da Doutora Maria Antónia Lopes, se cumpriu cabalmente o principal objectivo de assinalar a passagem dos franceses, comemorando a “memória” dos mangualdenses e do seu sofrimento.

Deve-se esta nota introdutória, escrita por nós, à insistência da Doutora Maria Antónia Lopes, que só se pode entender à luz da generosidade que é sua característica.

António Tavares

Agradecimentos

Este livro não teria sido possível sem o empenho e a colaboração da Câmara Municipal de Mangualde. Agradeço, pois,

Ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Nuno Ferreira Gonçalves de Azevedo.

Ao Senhor Vereador da Cultura, Sr. João Fernando de Albuquerque Lopes.

Ao Senhor Dr. António Tavares, responsável pelo Gabinete de Gestão e Programação do Património e Cultura, e à sua equipa.

A todas as Senhoras e Senhores Funcionários Municipais que se envolveram neste projecto.

Dedicatória

Dedico este livro aos Mangualdenses e à memória dos seus Antepassados, vítimas da violência cega que tantas vezes destrói a humanidade que, afinal, existe em todos nós.

Introdução

Todos sabemos que as invasões francesas deixaram atrás de si um rasto de destruição e de vítimas mortais entre a população civil. Sabemos, também, que a mais mortífera foi a terceira, em 1810 - 1811. Mas não haverá algum exagero nos relatos da época? O impressionante deve, se praticável, assentar na solidez da investigação em fontes directas. Assim sendo, o que me proponho é estabelecer, com a exactidão possível, quantos homens e mulheres do actual concelho de Mangualde morreram às mãos dos Franceses, quais foram as freguesias mais afectadas e quem foram esses infelizes.

As minhas pesquisas têm-se orientado, sobretudo, em duas vertentes: história das mulheres e história dos pobres em Portugal nos séculos XVIII e XIX, procurando desocultar o que tradicionalmente era indiferente aos historiadores. Comecei, jovem ainda, pelas mulheres e pelas crianças abandonadas. Voltei-me depois para o universo dos pobres, desde os mendigos aos pobres envergonhados, passando pelos doentes sem recursos, os presos sem auxílio, os artesãos sem emprego ou

sem rendimentos para sustentar as suas famílias, os emigrantes, as mulheres camponesas que se sujeitavam a amamentar crianças estranhas para ganhar com o seu leite o que o trabalho delas e dos maridos não conseguia. Faço, pois, aquilo a que se chama “história a partir de baixo” ou “história vista de baixo”. Por isso, ao abordar a invasão de Mangualde interessaram-me as vítimas. E as vítimas mais humildes e ignoradas.

Os concelhos de Azurara e de Tavares nos inícios do século XIX.

Antes de entrar no assunto central será necessário, contudo, recordar o que foram as invasões francesas e o que era nessa época o actual concelho de Mangualde.

Mapa 1 – O actual concelho de Mangualde



Fonte: Câmara Municipal de Mangualde

Quando decorreram as invasões francesas, entre 1807 e 1811, a vila de Mangualde era cabeça do concelho de Azurara, não existindo nenhum município denominado Mangualde. Este foi criado em meados do século XIX com a reunião dos concelhos de Azurara e de Tavares, com a incorporação da vila de Moimenta de Maceira Dão – que pertencia ao couto do mosteiro de Santa Maria – e, ainda, com a integração na freguesia de Espinho dos lugares de Gandufe e de Vila Nova, até então no termo de Senhorim¹.

O concelho de Tavares, mais pequeno do que o de Azurara, englobava as freguesias de Abrunhosa-a-Velha, Chãs de Tavares (que era a vila cabeça do concelho), S. João da Fresta, Travanca de Tavares e Várzea de Tavares. As restantes freguesias do actual concelho de Mangualde pertenciam a Azurara, à excepção de Moimenta, como disse².

Mapa 2 – Concelhos de Azurara e de Tavares em inícios do século XIX



Fonte: Câmara Municipal de Mangualde

1 Termo significava área do concelho exterior à sede. Gandufe e Vila Nova pertenciam administrativamente ao concelho de Senhorim, mas na jurisdição eclesiástica incorporavam-se na paróquia de Espinho. Os dados apresentados neste estudo, que assentam nas informações dos registos paroquiais, incluem, portanto, as ditas povoações.

2 SILVA, José Manuel Azevedo e - *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas 7. Mangualde*. Coimbra: CHSC/Palimage, 2009, pp. 10-11. Ver também CAPELA, José Viriato (coord.) - *As freguesias do distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: s.n., 2010.

Em 1801, o território correspondente a este concelho alcançava 3.271 fogos e 13.295 habitantes³, existindo, portanto, 4 pessoas em média por família. Famílias pequenas, como era típico da época, contrariamente ao que vulgarmente se afirma. Registava-se uma forte desproporção na repartição do sexos, pois viviam neste território mais 705 mulheres do que homens, representando estes 47% da população.

Como se pode verificar no quadro 1, as freguesias mais populosas eram as de Mangualde, Santiago de Cassurrães e Chãs de Tavares. Quintela de Azurara e Fornos de Maceira Dão, ultrapassando ligeiramente as 900 pessoas, vinham a seguir. As paróquias mais minguadas em população eram Travanca de Tavares, apenas com 169 habitantes e Cunha Alta com 236.

As invasões francesas provocaram a diminuição real da população. Na Beira Alta, fortemente penalizada, entre 1801 e 1811 desapareceram mais de 5.000 agregados familiares, representando um decréscimo de 5,5%, enquanto a nível nacional essa redução foi de 1,2%⁴.

Em 1849 o actual concelho de Mangualde atingira já os 4.034 fogos e os 16.545 habitantes⁵. Para que se tenha um termo de comparação, diga-se que a população actual ronda as 20.000 pessoas.

3 SILVEIRA, Luís Espinha da (coord.) - *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*. Edição crítica, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001, vol 1, pp. 178-182. Em 1732-58, o actual concelho de Mangualde tinha uma população de cerca de 9.000 pessoas (SILVA, José Manuel Azevedo e - *Notícias e Memórias*, cit., pp. 85-87) .

4 OLIVEIRA, João Nunes de - *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*. Viseu: Palimage, 2002, pp. 301-302.

5 SILVEIRA, Luís Espinha da (coord.) - *Os Recenseamentos...*, cit. vol 3, pp. 686, 692.

**Quadro 1 – População do actual concelho de
Mangualde em 1801**

Freguesia	Fogos	Homens	Mulheres	Habit.
Abrunhosa	178	234	256	490
Alcafache	202	335	358	693
Chãs de Tavares	315	582	649	1231
Cunha Alta	56	105	131	236
Cunha Baixa	202	371	429	800
Espinho	211	350	375	725
Fornos de Maceira Dão	225	405	500	905
Freixiosa	108	181	204	385
Lobellhe do Mato	82	159	186	345
Mangualde	609	1339	1406	2745
Mesquitela	142	262	308	570
Moimenta de Maceira Dão	78	139	174	313
Póvoa de Cervães	103	147	188	335
Quintela de Azurara	115	472	464	936
S. João da Fresta	138	252	268	520
Santiago de Cassurrães	316	624	704	1328
Travanca de Tavares	50	81	88	169
Várzea de Tavares	141	257	312	569
Total	3271	6295	7000	13295

Fonte: SILVEIRA, Luís Espinha da (coord.) - *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*. Edição crítica, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001, vol 1, pp. 178-182.

As invasões francesas (1807-1811)

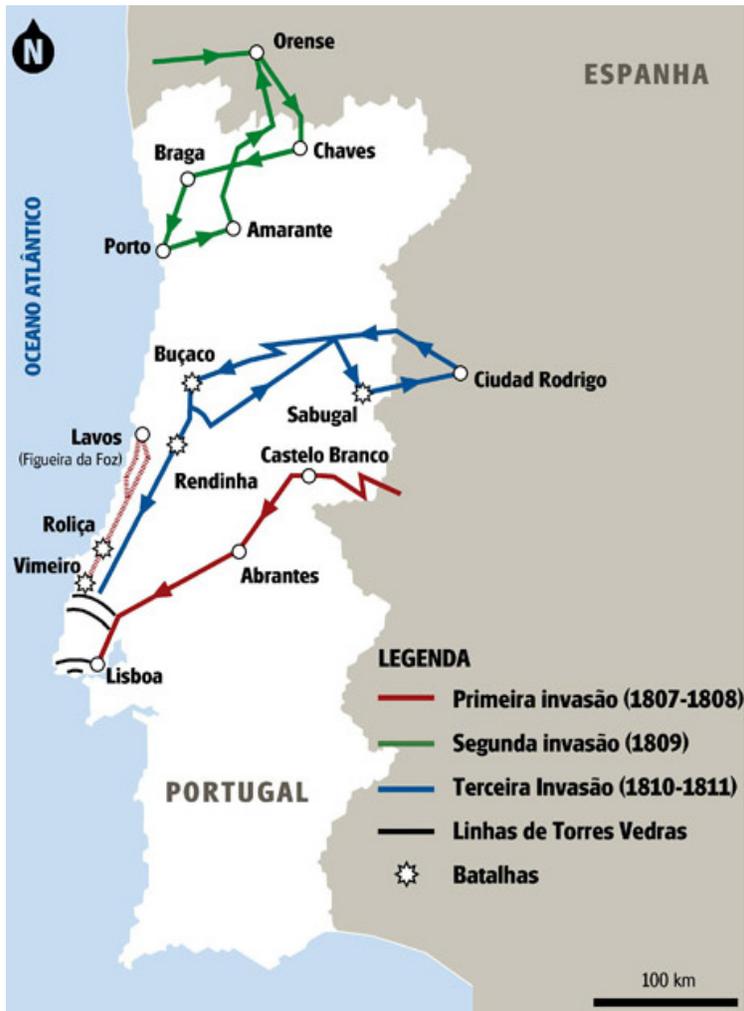
Em 1807 Napoleão impôs um ultimato a Portugal: seria invadido se não fechasse os seus portos aos Ingleses, como exigia desde há um ano. Portugal, pressionado simultaneamente pela França e pela Grã-Bretanha, debatia-se com um dilema irresolúvel. Se honrasse a velha aliança luso-britânica, seria invadido pelas tropas francesas apoiadas por Espanha que lhes facilitaria a passagem⁶. Se, pelo contrário, Portugal aderisse ao bloqueio continental à Inglaterra, esta, que era a maior potência naval, apossarse-ia de imediato do Brasil, onde o grosso da economia portuguesa assentava, e das restantes possessões coloniais. Como escreveu o Príncipe Regente⁷ em resposta a Napoleão, Portugal não poderia entrar em guerra com a Grã-Bretanha, pois “a monarquia portuguesa compõe-se de estados espalhados nas quatro partes do

6 O que fora previsto no tratado secreto de Fontainebleau (27 de Outubro de 1807) entre a França e a Espanha e que, além disso, previa a partilha do território português.

7 Como a rainha D. Maria I enlouquecera, o seu filho João (futuro rei D. João VI) assumira a regência.

globo que ficariam inteiramente expostos”. O governo português, que penosamente conseguira durante dez anos manter a neutralidade, já não o pôde agora fazer. A França declarou guerra a Portugal.

Mapa 3 – Percursos dos invasores



Fonte: http://jn.sapo.pt/Dossies/dossie.aspx?content_id=1185170&dossier=200%20anos%20das%20invas%F5es%20francesas (30-7-2010)

Em Novembro de 1807 iniciou-se, pois, a 1ª invasão francesa⁸ comandada por Junot que, entrando pela Beira Baixa, se dirigiu a Lisboa. O Conselho de Estado tomou, então, uma decisão quase impensável, mas que há muito fora planeada: o embarque para o Brasil da família real, governo, principal fidalguia, alta magistratura, homens de negócios e de letras... num total de 15.000 pessoas, que consigo levaram a armada, arquivos do Estado, bibliotecas, obras de arte, instrumentos científicos, etc. Isto é, fez-se, provisoriamente, a trasladação da sede da monarquia. Por isso, contrariamente a Espanha cujo rei teve de abdicar, Portugal não perdeu a sua independência de jure.

Os Franceses ocuparam Lisboa em finais de 1807. Durante esta primeira ocupação, enquanto Junot permanecia em Lisboa, as tropas francesas comandadas por Loison passaram por Mangualde em Junho de 1808, mas desconheço as consequências. Depois de assinada a Convenção de Sintra, a 30 de Agosto desse ano, os Franceses abandonaram Portugal por mar.

Sob a chefia de Soult, os invasores regressaram em Março de 1809. Atravessando a fronteira em Trás-os-Montes, ocuparam Braga, que encontraram deserta, e o Porto, que saquearam e onde ocorreu a conhecida tragédia da Ponte das Barcas. Foram escorraçados em Maio do mesmo ano pelos exércitos anglo-portugueses e pelas guerrilhas populares, muito activas nesta 2ª incursão.

Em Julho de 1810, e sob as ordens de Massena, as tropas napoleónicas invadiram Portugal pela terceira vez, entrando pela Beira Alta. Só a 28 de Agosto conseguiram tomar a praça de Almeida, mas logo no dia 3, temendo a invasão, os vereadores de Viseu nomearam observadores,

⁸ A primeira invasão francesa, nome consagrado em Portugal, é, na realidade, uma invasão franco-espanhola. Recentemente António Pedro Vicente interpreta a “Guerra das Laranjas” – invasão do Alentejo pela Espanha em 1801 na qual Portugal perdeu a praça de Olivença – como a “1ª invasão”, considerando, portanto, a existência de quatro invasões a Portugal no decurso da Guerra Peninsular (VICENTE, António Pedro. *Guerra Peninsular, 1801-1814*. Lisboa: Quidnovi, 2007).

vigilantes e estafetas que os mantivessem informados sobre o percurso das tropas⁹. Depois de se reorganizar e reabastecer em Almeida, Massena iniciou a progressão para Lisboa a 16 de Setembro. O trajecto escolhido foi a margem direita do Mondego para entroncar na estrada real que ligava Coimbra a Lisboa, uma boa via de comunicação. Os concelhos de Azurara e de Tavares e o couto do mosteiro de Santa Maria encontravam-se na sua rota. Chegaram aí dois dias depois, a 18 de Setembro de 1810.

A estratégia inglesa não visou proteger as populações portuguesas e nem sequer expulsar rapidamente o invasor, mas desgastar na Península os exércitos napoleónicos¹⁰. Porque não interessava uma vitória rápida, evitaram-se as grandes batalhas e, quando estas foram inevitáveis, como a do Buçaco em 1810, os seus resultados não foram explorados. Wellington rumou para Sul, abandonando Coimbra ao saque, e Massena seguiu no seu encalço. Ao longo de seis meses, detido pelas linhas de Torres Vedras, o exército francês foi derrotado pela fome, frio, doença e desmoralização. A norte da frente de batalha ficara um país devastado e em muitas zonas deserto, pois as ordens inglesas tinham sido de evacuação total das povoações com destruição de searas, pontes, moinhos e tudo o que não se pudesse transportar.

Imobilizados em Torres Vedras, sem meios de abastecimento, os Franceses pilharam sistematicamente uma vasta região. Como depois relatou o general francês barão de Marbot, um “regimento, organizando a pilhagem a grande escala, enviava para longe numerosos destacamentos armados e bem comandados, que, empurrando à sua frente milhares de burros, voltavam, carregados com provisões de toda a espécie (...). Mas como as regiões próximas ao nosso acantonamento ficaram mais

9 Arquivo Distrital de Viseu, *Livro de Actas da Câmara Municipal de Viseu*, 1809-1810, fls. 51v-53.

10 TELO, António José - “A Península nas guerras globais de 1792-1815” em *Guerra Peninsular. Novas interpretações*. Lisboa: Tribuna da História, 2005, pp. 314-315.

ou menos esgotadas, os nossos soldados que andavam a pilhar afastaram-se mais. Houve quem tivesse levado as suas excursões até às portas de Abrantes e de Coimbra, muitos até atravessaram o Tejo”¹¹.

Em Março de 1811 o exército ocupante iniciou a retirada, não tendo ainda intenção de abandonar o país, mas sim “atravessar o Mondego para norte de Coimbra, aguardar reforços e recompor o exército nesta fértil região a fim de, oportunamente, voltar para se apoderar de Lisboa”¹². Wellington passou então à ofensiva. Desesperados pela fome, buscando mais a sobrevivência do que o combate, os militares franceses levaram as atrocidades ao último grau, apanhando as populações em fuga, a quem torturavam e matavam para lhes extorquir víveres. Afortunadamente, os concelhos de Azurara e de Tavares foram poupados a esta carnificina, pois Massena, não conseguindo entrar em Coimbra e prosseguir para o Porto, conduziu os seus homens para Espanha pela margem sul do rio Mondego.

11 MARBOT, general barão - *Memórias sobre a 3ª invasão francesa*. Lisboa: Caleidoscópio, 2006, p. 84.

12 NUNES, António Pires - “A terceira invasão francesa” em Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (dir), *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, vol. 3, pp. 90-147 (citação: p. 113).

Invasão do actual concelho de Mangualde em Setembro de 1810

Qualquer investigação em História, começemos por esclarecer, assenta sempre em fontes, o que significa documentos da época, que podem ser de natureza muito diversificada. Quando assim não sucede, quando se trabalha exclusivamente a partir de bibliografia, não acrescentando o conhecimento histórico, estamos perante uma obra de síntese ou de um ensaio, mas não de um texto historiográfico.

Quando a Câmara Municipal de Mangualde me pediu que proferisse uma conferência sobre a 3ª invasão francesa neste território, houve, pois, que fazer o levantamento das fontes existentes que possibilitassem saber com rigor o que de facto sucedeu aqui em 1810 e 1811. Conhecendo o que a época nos legou, e com a preciosa ajuda dos serviços culturais da Câmara, procurei localizar: 1) os livros das actas das sessões das câmaras de Azurara e de Tavares; 2) os registos dos óbitos das 18 freguesias do actual concelho de Mangualde desde 1 de Setembro de 1810 até 31 de Março de 1811; 3) as informações que o Aviso

Régio de 25 de Março de 1811 exigiu aos párocos sobre as mortes e estragos cometidos pelas tropas de Massena; 4) as relação das pessoas e instituições da região entre Douro e Tejo a quem foram distribuídos socorros em 1811 e 1812 e as suas petições; 5) os relatos de contemporâneos; 6) a bibliografia já produzida.

Infelizmente, o que se encontrou foi muito escasso. Estão desaparecidas as actas das vereações das câmaras de Azurara e de Tavares e, ainda, os livros dos registos de óbitos de seis freguesias, o que deveria estar preservado no Arquivo Municipal de Mangualde e no Arquivo Distrital de Viseu. Quanto às informações dos párocos e às listas com a distribuição dos donativos, deveriam ter sido guardadas e devidamente catalogadas no Arquivo Diocesano ou no Distrital. Se aí se encontram, ninguém conhece o seu paradeiro.

Aproveito este ensejo para apelar para a necessidade de preservação dos documentos e a sua entrega às instituições que os podem proteger, catalogar e disponibilizar aos investigadores, sejam eles historiadores profissionais ou amantes da história das suas terras.

As fontes são portanto lacunares para o estudo da matéria que nos propomos, restando-nos examinar alguns relatos da época e os registos de óbitos de que dispomos. Como recurso, podemos indagar o que se passou em concelhos vizinhos ao nível de determinações camarárias, no pressuposto aceitável de que medidas semelhantes se tenham adoptado neste município. E, finalmente, conhecer as ordens emanadas dos agentes periféricos do poder central, nomeadamente o corregedor da comarca de Viseu. Começemos pelos relatos da época. Koch, um general francês que integrava o exército invasor, informa-nos que a 18 de Setembro

“o general Loison chegou às margens do Dão com a cavalaria ligeira do general Lamotte e a brigada Ferrey; a brigada Simon ficou diante de Mangualde e a artilharia da divisão na Freixiosa; as duas outras divisões acantonaram-se entre Oiteiros [freguesia de Mesquitela] e Freixiosa, Villacova [sic; freguesia de Várzea de Tavares] e Matados [freguesia de Chãs de Tavares¹³]; (...) A 19, o 8º corpo atravessou Viseu (...). O 2º corpo instalou-se adiante e atrás de Mangualde. Nesta penosa marcha, o exército encontrou raríssimos habitantes; os campos estavam a arder e as aldeias desertas ou destruídas”¹⁴.

O mesmo recorda o general Marbot: “Não há memória de vermos uma fuga assim tão geral!... A cidade de Viseu estava totalmente deserta”¹⁵. Koch continua o seu relato contando que o exército se escalonou entre Tondela e Sabugosa, seguindo outros corpos para Santa Comba Dão, Carregal e Oliveira do Conde. As últimas viaturas chegaram a Viseu a 23 à noite. No dia 22 “a vanguarda do 2º corpo ocupou Santa Comba Dão, e o seu corpo de batalha tomou posições em Carvegal (sic) e Mellas (sic)”¹⁶.

Passemos então à análise do que vai ser a fonte primordial deste estudo: os registos de óbitos¹⁷. Estes documentos enfermam de várias limitações. Em primeiro lugar, como foi dito, não chegaram até nós os livros dos óbitos de seis freguesias: Abrunhosa-a-Velha, Alcafache, Cunha Alta, Freixiosa, S. João da Fresta e Travanca de Tavares. Nos que restaram, há com certeza subregisto, porque toda a gente, incluindo os clérigos, fugiu para os

13 Há uma povoação homónima na freguesia de Cunha Alta, mas pela distribuição no terreno, deve tratar-se aqui de Matados de Chãs de Tavares.

14 KOCH, general - *Memórias de Massena. Campanha de 1810 e 1811 em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 101. É lamentável que na edição portuguesa os topónimos não tivessem sido corrigidos e, ainda, identificados por freguesia ou concelho.

15 MARBOT, general barão – *Memórias...*, cit., p. 54.

16 KOCH, general – *Memórias...*, cit., pp. 101-102. Onde está Carvegal e Mellas deveria estar, obviamente, Carregal e Nelas.

17 Arquivo Distrital de Viseu, *Registos Paroquiais*, Livros de Óbitos, 1810-1811. Freguesias: Chãs de Tavares, Cunha Baixa, Espinho, Fornos de Maceira Dão, Lobelhe do Mato, Mangualde, Mesquitela, Moimenta de Maceira Dão, Póvoa de Cervães Quintela de Azurara, Santiago de Cassurães e Várzea de Tavares.

matos, abandonando as povoações. Só mais tarde os párocos registaram as pessoas que tinham morrido nos campos e cujos cadáveres foram por lá enterrados ou posteriormente descobertos. Decerto que nem todos foram exarados. Em terceiro lugar, nem sempre foi esclarecida a causa da morte. Por fim, não foram arrolados os óbitos dos menores de sete anos.

Já em 1945, na sua monografia do concelho de Mangualde, Valentim da Silva escrevera que as vítimas da vila foram mortas nos dias 20 a 23, o que está correcto. O autor identificou pelo nome e localidade de residência as vítimas mortais da freguesia de Mangualde: 12 homens e 3 mulheres¹⁸. Na verdade, foram 14 homens e 2 mulheres. E não andavam a trabalhar no campos, como afirma. Com o concelho já invadido e o clima de terror que se instalara, é inimaginável que os camponeses amanhassem placidamente os seus terrenos. A população andava foragida pelos campos, procurando, em pânico, escapar aos invasores.

Antes de chegarem à vila de Mangualde, assim que entraram nos concelhos de Azurara e de Tavares, os Franceses fizeram as primeiras vítimas mortais. As povoações estavam vazias, mas alguns habitantes foram descobertos e assassinados nos campos. Nesse 1º dia, 18 de Setembro, os invasores mataram quatro homens da freguesia de Chãs de Tavares: de Corvaceira, Tragos, Matados e Chãs; e deixaram outro, também das Chãs, gravemente ferido e que mais tarde foi encontrado a expirar. Está também registada, nesse dia 18, a morte de um homem de Espinho mas, na realidade, o pároco não podia saber em que dia fora assassinado porque o cadáver foi descoberto mais tarde, já “princiado de comer dos porcos”¹⁹.

18 SILVA, Valentim da – *Concelho de Mangualde (antigo concelho de Azurara da Beira). Subsídios para a História de Portugal*. Porto: Alberto de Oliveira, 1945, p. 250.

19 Actualizei a ortografia de todas as transcrições.



Capela do Rebelo, em Mangualde.

A 19 de Setembro – dia em que os Franceses ocuparam Viseu²⁰ – pereceram às mãos do invasor três homens e duas mulheres de Fornos de Maceira Dão²¹, três homens de Cunha Baixa, um de Espinho e um de Lobelhe do Mato. Uma mulher de Quintela de Azurara foi morta em Germil (concelho de Penalva do Castelo). A 20, quando faleceram as primeiras pessoas de Mangualde, foram também assassinados um homem e uma mulher da freguesia de Espinho (ela de Gandufe e ele de Água Levada). Nos dias seguintes – 21, 22 e 23 – os Franceses continuaram a matar gente desta cidade e actual concelho. O massacre prolongou-se, portanto, durante seis dias. Mas outras pessoas morreram nas semanas posteriores em consequência dos ferimentos recebidos. A título de exemplo, mencione-se Maria de Albuquerque, viúva, do lugar de Fagilde (Fornos de Maceira Dão), que foi torturada pelos invasores provavelmente a 19 de Setembro e só viria a falecer a 2 de Novembro.

Por vezes não é possível saber qual foi a data do crime, ou porque as vítimas foram encontradas sem vida ou porque quem estava com elas não soube esclarecer em que dia tinham morrido. Assim aconteceu com os três mortos da Mesquitela. Não havia sacerdotes para realizar o funeral e os cadáveres não podiam ser conduzidos para a igreja por temor dos Franceses. Por isso, esses três homens foram sepultados clandestinamente: Simão Marques numa horta, José Lopes “numa fazenda da freguesia de Cunha Baixa” e José Cardoso dentro de casa da sogra.

Da mesma forma se procedeu com vítimas das paróquias de Santiago de Cassurrães e de Espinho. A 24 de Setembro foi encontrado junto ao rio Mondego o corpo de Manuel Gracias, de Contenças de Cima (Santiago de

20 Vd. Arquivo Distrital de Viseu, *Livro de Receitas e Despesas da Santa Casa da Misericórdia de Viseu*, 1810-1811

21 Duas mulheres de Fornos, dois homens de Tibalde e um de Tabosa.

Cassurrães). Ficou sepultado nesse mesmo local por não ser possível levá-lo para a igreja, pois todos andavam fugidos pelos montes. Josefa Cardoso, residente em Gandufe (Espinho), cujo cadáver foi descoberto no campo, foi aí enterrada “com o vestido que trazia”. Era natural de Moimenta de Maceira Dão e estava a servir em Gandufe, em casa de um cunhado. Várias outras pessoas, de outras paróquias, foram também sepultadas no campo. Outros, ainda, encontrados sem vida já quando as populações regressavam às suas casas, foram enterrados nas igrejas, que eram na altura, como é sabido, os locais de sepultura.

Até agora só falámos de mortes por agressão. Mas outras houve, por certo, devido às privações por que passaram durante os dias em que andaram fugidos pelos montes. A 21 de Setembro, por exemplo, morreu uma mulher de Chãs de Tavares, cuja causa não é esclarecida, que só pôde ser sepultada nove dias depois.

Muitas foram, também, as pessoas que, embora não tendo sido mortas pelos invasores, ficaram impedidas de ser assistidas com os últimos sacramentos por não ser possível “pelas circunstâncias dos tempos”. A 28 de Setembro, um moribundo de Quintela de Azurara “não recebeu a comunhão por não haver, devido aos estragos causados pela passagem dos Franceses na freguesia”. Outros não receberam a Extrema Unção porque, como explica em Outubro o abade de Santiago de Cassurrães, os Franceses tinham roubado as duas ampolas que havia na igreja e onde se guardavam os santos óleos (a 14 de Novembro, nesta paróquia já se administravam todos os sacramentos). Noutros casos, a falta de assistência religiosa deveu-se à ausência de sacerdotes. Assim sucedeu a 26 de Setembro a uma mulher da paróquia de Espinho, pois todos os clérigos andavam fugidos²².

Nos livros de óbitos de Moimenta de Maceira

²² Nesta época o número de sacerdotes era tão elevado que muitas freguesias tinham mais do que um.

Dão, Póvoa de Cervães e Várzea de Tavares não foram registadas quaisquer vítimas dos Franceses. Contudo, podem ter existido e o pároco não o ter mencionado. O vigário de Mangualde, por exemplo, nunca afirma que os seus paroquianos foram assassinados pelos invasores, mas apenas que foram mortos no campo e morreram sem sacramentos pelas circunstâncias do tempo assim o pedirem. Contudo, o facto de usar a expressão “foi morto” não deixa margem para dúvidas.

Mesmo que algumas freguesias não tivessem perdido vidas humanas, não significa que não tenha havido pilhagem. Em Várzea de Tavares, onde o pároco não anotou homicídios, dois agonizantes (em Outubro de 1810 e Fevereiro do ano seguinte), morreram sem o Viático por causa da invasão. Quanto aos actos de brutalidade que não redundaram em morte, é impossível quantificá-los. Quantos e quantas terão sido espancados e torturados?

A violência contra as mulheres em tempos de guerra traduz-se sempre em crimes sexuais. As vítimas mortais do sexo feminino deste concelho representam 25%, mas ignoramos a dimensão das violações. Para que se perceba do que falamos, diga-se que na freguesia de Sarzedo (concelho de Arganil), onde foram mortas quatro mulheres (os homens foram 10), as raparigas solteiras violentadas atingiram o número de 56; em Meda de Mouros (concelho de Tábua), com 13 vítimas mortais (10 homens e 3 mulheres), o pároco assinalou 43 violadas; em Celavisa (concelho de Arganil) a soldadesca levou consigo “15 raparigas da freguesia que voltaram estragadas”. Em três outras povoações da diocese de Coimbra regista-se que “foram muitas” as mulheres desonradas. Numa delas, afirma o pároco que os Franceses passaram “à maneira de tempestade” e que foram as mulheres que mais sofreram com a sua violência²³.

23 LOPES, Maria Antónia - “Mujeres (y hombres) víctimas de la 3ª invasión francesa en el Centro de Portugal” in Emílio de Diego (dir.) e José Luis Martínez Sanz (coord.), *El comienzo de la Guerra de la Independencia*. Madrid: Editorial Actas, 2009, pp. 750-772.

Quadro 2 – Homens e mulheres mortos pelos Franceses (números mínimos)

Freguesia	Homens	Mulheres	Total	Observações
Abrunhosa-a-Velha				Livro de óbitos desaparecido
Alcafache				Livro de óbitos desaparecido
Chãs de Tavares	5		5	
Cunha Alta				Livro de óbitos desaparecido
Cunha Baixa	3	2	5	
Espinho	3	2	5	
Fornos de Maceira Dão	3	4	7	
Freixiosa				Livro de óbitos desaparecido
Lobelhe do Mato	1		1	
Mangualde	14	2	16	
Mesquitela	3		3	
Moimenta de Maceira Dão				Não há vítimas registadas
Póvoa de Cervães				Não há vítimas registadas
Quintela de Azurara		1	1	
Santiago de Cassurrães	1		1	
São João da Fresta				Livro de óbitos desaparecido
Travanca de Tavares				Livro de óbitos desaparecido
Várzea de Tavares				Não há vítimas registadas
Total	33	11	44	

Fontes: Arquivo Distrital de Viseu, Registos Paroquiais, Livros de Óbitos, 1810-1811.

Nas 12 freguesias das quais foram preservados os registos de óbitos houve, pois, no mínimo, 44 pessoas assassinadas pelos invasores. Muitas, decerto, mas nada que se compare com o que fizeram naquelas terras que tiveram a má sorte de ter sido atravessadas pelo exército francês tanto na rota da entrada, em 1810, como na retirada em 1811. Felizmente para os habitantes das Terras de Azurara e Tavares, em Setembro de 1810 os Franceses não se detiveram por aí e em Março de 1811 o exército não entrou nesses concelhos, não havendo

vítimas registadas²⁴. Mesmo assim, os assassinados representam nas freguesias onde houve vítimas, e para o período compreendido entre 18 de Setembro de 1810 e 31 de Março de 1811, 36% dos óbitos nos homens e 10% nas mulheres.

Se um dia forem localizados os relatórios dos párocos exigidos pelo Aviso de 1811, não tenho dúvidas de que a dimensão da catástrofe irá revelar-se muito maior. Contudo, nunca terá sido a hecatombe que se abateu sobre tantos outros concelhos do Centro de Portugal.

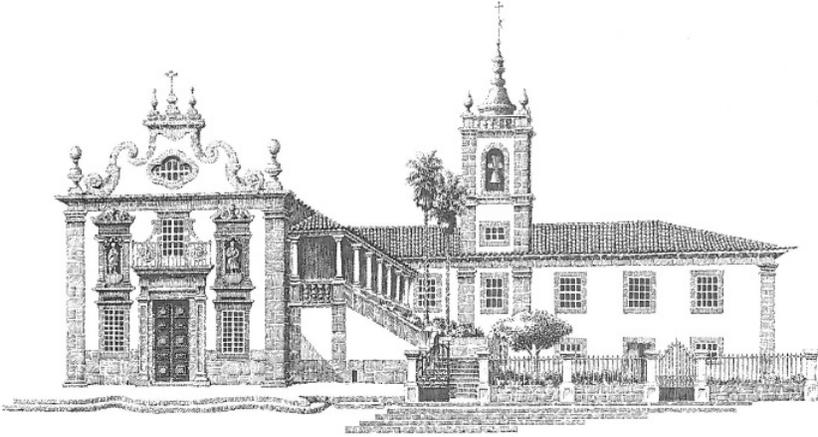
Para que se tenha uma ideia da chacina praticada noutros locais, avancemos com alguns números extraídos das informações dos párocos do bispado de Coimbra. Só na freguesia da Redinha (concelho de Pombal), com uma população muito inferior à da vila de Mangualde, foram assassinados 341 civis, com 170 vítimas femininas, isto é, 50% dos homicídios praticados nessa localidade. Na vila de Penela houve 188 mortos e na da Lousã 106²⁵. Todas estas terras foram devastadas na retirada. Os soldados dispersavam em surtidas atacando tudo e todos. É provável que o recuo do exército, com a soldadesca desesperada de esgotamento e fome, tenha sido mais dramático para as mulheres, suspeitas de esconder os víveres. O pároco de S. Miguel de Poiares, terra invadida nas duas vezes e onde a percentagem de vítimas femininas atingiu os 73%, afirma que pelo Natal de 1810, embora os invasores os tivessem colhido de surpresa, as mortes e atrocidade foram muito menores do que nos três dias que aí estiveram em Março do ano seguinte²⁶. Quanto à Beira Alta, “as maiores dificuldades foram sentidas nas terras de Riba Côa”²⁷.

24 À exceção de uma mulher de Fornos de Maceira Dão que morreu em Março de 1811, nos campos, longe da terra.

25 Sobre as consequências da guerra no concelho da Lousã, ver SECO, Ana Filipa Rodrigues – *O combate de Foz de Arouce (1811): evocação histórica*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2009 (Relatório de Mestrado policopiado), pp. 34-44.

26 LOPES, Maria Antónia - “Mujeres (y hombres) víctimas de la 3ª invasión francesa”, cit.

27 OLIVEIRA, João Nunes de - *A Beira Alta de 1700 a 1840...*, cit. p. 274.



Igreja da Misericórdia de Mangualde

Os Franceses passam ao lado de Mangualde em Março de 1811

Em Dezembro de 1810 as populações de Azurara e Tavares voltaram a fugir e no dia de Natal registou-se o assassinio, às mãos dos Franceses, de Eufémia de Loureiro, mulher solteira de Gandufe (Espinho), o que pode ter sido resultado de alguma incursão militar ou provocada por desertores.

Também nesse mês de Dezembro uma outra mulher, de Fagilde (Fornos de Maceira Dão), morreu “sem sacramentos por andarmos no segundo desterro por causa dos inimigos e sua irmã Maria de Almeida a sepultou em uma horta detrás da casa em que viviam por não haver quem a sepultasse”. Um homem de Canedo do Mato (Mangualde) faleceu em Janeiro de 1811 sem sacramentos “devido às circunstâncias do tempo”.

O “2º desterro”, isto é, a fuga das populações deste concelho para os matos, onde procuraram sobreviver escondidas dos invasores, verificou-se, portanto, em Dezembro de 1810 e Janeiro do ano seguinte.

Em Março de 1811 foram obrigadas a fugir uma

terceira vez porque o exército inimigo se aproximava perigosamente. Nos dias 19 e 20, sem encontrar nada para comer, as tropas francesas espalhavam-se por Pinhanços, Sandomil, Penalva do Castelo, Celorico da Beira, Vila Cortês, Vinhó, Gouveia, Moimenta da Serra, etc.²⁸. Azurenses e tavareses, como os vizinhos dos concelhos próximos, já tinham evacuado as aldeias. A 18 de Março chegou a notícia ao vigário de Fornos de Maceira Dão que uma sua paroquiana, mulher com mais de 70 anos, tinha morrido na fugida dos Franceses não se sabia onde.

Certos destacamentos franceses chegaram a atravessar o Mondego e a assolar alguns municípios a norte do rio. Segundo uma testemunha de Molelos, freguesia de Tondela, “o inimigo consumiu e inutilizou todo o pão de pragana que existia no vale do Mondego, isto é, entre este rio e o Vouga, ao fazer por aqueles lugares não só a sua marcha sobre Lisboa, em Setembro de 1810, mas também a sua retirada nesse mesmo mês em que escreve, isto é, em Março de 1811”²⁹.

A debandada era geral por todas as terras, mas também houve gente que se refugiou no concelho de Tavares e, provavelmente, no de Azurara. Estão documentadas, em Várzea de Tavares, as mortes de um homem e de uma mulher, ambos solteiros, fugidos do actual concelho de Gouveia. No dia 24 faleceu ele, natural de Vila Cortês, e no dia seguinte morreu ela, proveniente de Melo. Segundo o cura de Várzea de Tavares, a mulher morreu “pelo grande susto que teve provocado pelos malignos Franceses”.

Por fim, diga-se ainda que houve alguns militares naturais dos concelhos de Azurara e de Tavares que pereceram longe, em combate ou em consequência dos ferimentos. Quando essas informações chegavam, pelo menos alguns párocos registavam as mortes nos livros paroquiais. Assim procedeu o de Várzea de Tavares que

28 KOCH, general - *Memórias de Massena*, cit., p. 202.

29 OLIVEIRA, João Nunes de - *A Beira Alta de 1700 a 1840...*, cit., p. 273.

arrolou os óbitos de dois soldados da freguesia ocorridos no hospital de Peniche em inícios de 1811. O mesmo fez o vigário de Fornos de Maceira Dão: a 3 de Dezembro de 1810 anotou que chegara a notícia de que falecera e fora sepultado em Mafra um soldado da sua paróquia. A 22 de Março soube, também, que tinham morrido em Mafra mais dois soldados seus fregueses. Em Abril, continuaram a chegar essas notícias de morte.

A devastação resultante da 3ª invasão

Como consequência da 3ª invasão francesa, o Centro do nosso país ficou devastado, tanto pelas tropas agressoras como por ordem dos generais ingleses, que adoptaram uma política de terra queimada para inviabilizar o abastecimento dos invasores, que encontravam as aldeias destruídas e os campos a arder.

Regressados às suas casas depois da retirada definitiva do exército francês, as populações encontravam a destruição. Luís Soares Barbosa, médico em Leiria, recordava em Janeiro de 1813:

“Eu me lembro ainda do horroroso quadro quando voltei para este desgraçado território: aldeias desertas, todo o território inculto, uma solidão espantosa, não aparecendo nem quadrúpedes nem voláteis, casas incendiadas, ou derrotadas, imundícies amontoadas, vivos agonizantes, esqueletos ambulantes formavam então um espectáculo estranho, pavoroso e mortificante”³⁰.

30 BARBOSA, Luís Soares - “Memoria sôbre as enfermidades que tem grassado na Cidade de Leiria, e seu termo...”, *Jornal de Coimbra*. 1813, nº 13, pp. 81-82.

Estando desaparecidos os livros das actas das câmaras de Azurara e de Tavares, para se avaliar, com a aproximação possível, as dificuldades sentidas pelas autoridades locais, irei recorrer à documentação de alguns concelhos contíguos.

A escassez de abastecimentos era já anterior às invasões. Como escreve João Nunes de Oliveira, “a alta de preços e a sua constante subida preocupou as câmaras de Penalva do Castelo, Trancoso, Viseu e Lamego” que não conseguiam abastecer a população e as tropas anglo-lusas aí acantonadas. Recorriam aos embargos, o que não era suficiente. Em 1807 a Intendência Geral da Polícia tomou providências que transmitiu às câmaras, “a quem competia a sua implementação no terreno. Foi neste sentido que a câmara de Penalva do Castelo nomeou, em todos os povos do seu termo, inspectores que dirigissem e fiscalizassem as sementeiras do ano de 1807, responsabilizando-os pela efectuação das diligências necessárias”. A Intendência ordenou, também, que as câmaras tomassem medidas para impedir “a saída de pão para fora do Reino” e para impor a sementeira de batata, de forma a suprir eventuais faltas de pão. Mas, e continuando a seguir o mesmo Autor, “as situações de maior gravidade” surgiram “a partir de 1808 e até 1812”³¹.

A 25 de Fevereiro de 1810 a câmara de Viseu viu-se obrigada a cumprir uma ordem de Wellington para conter a alta de preços. Foram fixados no valor por que corriam antes da entrada do exército aliado, declarando o juiz de fora e presidente da câmara ser escandaloso esquecer os deveres da hospitalidade e o auxílio que se devia à ajuda da tropa britânica³². Mas não era fácil conter os preços em época de escassez. A vereação viseense teve de tabelar

31 OLIVEIRA, João Nunes de - *A Beira Alta de 1700 a 1840...*, cit., pp. 278-279.

32 Arquivo Distrital de Viseu, *Livro de Actas da Câmara Municipal de Viseu*, 1809-1810, fl. 31.

o preço dos géneros destinados aos militares ingleses em 15 de Março, 26 de Março, 5 de Maio, 8 de Junho e, ainda, na 1ª reunião após a passagem dos invasores, a 27 de Novembro³³.

“Na sessão da câmara de 27 de Julho de 1810, em Penalva do Castelo, deu-se cumprimento às ordens emanadas do corregedor que mandava segar e malhar os centeios e trigos e continuar com a sementeira das batatas, proibindo ainda o abate de vitelas”³⁴. Tal como Penalva, os concelhos de Azurara e de Tavares pertenciam à comarca ou corregedoria de Viseu, pelo que tais ordens decerto também os abrangeram.

Após as invasões, a escassez de géneros tornou-se aflitiva. Já foi citado um testemunho do concelho de Tondela, datado de Março de 1811. A 11 de Outubro do mesmo ano, a câmara de Penalva do Castelo reúne para executar um ofício do corregedor de 6 desse mês pelo qual mandava cultivar “nabos, favas, ervilhas, batatas e outros géneros próprios para sementeiras de Outono. E todos os lavradores que possuam terras apropriadas a tais culturas ficam obrigados a fazê-las. O cumprimento destas ordens será vigiado pelos juízes do povo, que deverão avisar a câmara sempre que faltem as sementes, para que se providenciem os meios de as adquirir. No intuito de proteger e aumentar a criação de gados, chama-se ainda a atenção para a necessidade de se promover a sementeira de ervas de modo a criar-se prados artificiais, aconselhando-se a sementeira da ervilhaca”³⁵.

Um ano depois, em 11 de Setembro de 1812, a mesma câmara queixa-se do *“deplorável estado em que se acham os moradores deste concelho pela invasão do inimigo e continuados transportes em que muitos deles estavam inteiramente arruinados pelo grande número de*

33 Arquivo Distrital de Viseu, *Livro de Actas da Câmara Municipal de Viseu*, 1809-1810, fs. 40v-62.

34 OLIVEIRA, João Nunes de - *A Beira Alta de 1700 a 1840...*, cit., p. 282.

35 OLIVEIRA, João Nunes de - *A Beira Alta de 1700 a 1840...*, cit., p. 282.

bois que têm morrido nos mesmos transportes”. A “falta de bois para os trabalhos agrícolas, motivada pela frequente requisição a que estiveram sujeitos durante a guerra, constitui queixa geral das populações, pelo facto de ter afectado grandemente a produção”³⁶.



Altar-mor da Capela do Rebelo: anjo com a perna cortada³⁷

À destruição das culturas e falta de animais, juntava-se a devastação de edifícios públicos, objectos artísticos, documentos, casas particulares, instrumentos agrícolas, etc. E também a doença não poupou as populações. Reuniam-se as três calamidades que desde há tantos séculos assombravam o imaginário colectivo: a guerra, a “peste” e a fome.

Entre 1810 e 1813 a epidemia lavrou em todo país³⁸. Na região que compreendia os bispados de Pinhel, Lamego, Viseu, Coimbra e Leiria viveu-se uma situação

36 OLIVEIRA, João Nunes de - *A Beira Alta de 1700 a 1840...*, cit., p. 281. Actualizei a ortografia das citações colhidas nesta obra.

37 Ver SILVA, Valentim - *Concelho ...*, cit., pp. 250-251.

38 Ver CASCÃO, Rui - “Demografia e sociedade” em *História de Portugal* dir. por José Mattoso, vol. V, *O Liberalismo*, coord. por Luís R. Torgal e João L. Roque. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 435.

calamitosa entre o terceiro ou quarto trimestre de 1810 e meados de 1811, ou mesmo até ao fim de 1812. Todos os contemporâneos atribuíam as causas da epidemia à terceira invasão francesa que provocara a fuga das populações, o pânico, a falta de higiene e de agasalhos, a fome e o recurso a alimentos impróprios. Nunca a população civil portuguesa vivera um período tão trágico. Nunca mais, felizmente, o voltou a viver. Por isso, as invasões francesas, absolutamente traumáticas, persistem na memória popular. Podemos recolher histórias “dos franceses” em muitas aldeias das regiões assoladas.

Um Aviso Régio de 25 de Março de 1811 mandou proceder ao registo dos estragos, incêndios e mortos provocados pela última invasão, sendo os párocos encarregados de elaborar relatórios com o número de vítimas e a especificação dos prejuízos das suas freguesias. A 11 de Abril de 1811 o bispo de Viseu cumpriu o Aviso, ordenando aos párocos da sua diocese que elaborassem as relações³⁹. Utilizando esta documentação relativa à diocese de Coimbra (e que está longe de englobar a totalidade das paróquias), já tive ocasião de concluir que nesse território foram assassinadas 3.305 pessoas e que um número incomparavelmente maior, contado em dezenas de milhar, sucumbiu à epidemia⁴⁰. Infelizmente, não foi possível, por ora, localizar as relações enviadas pelos párocos do bispado de Viseu, que seriam fulcrais para o entendimento do que foi a invasão de 1810 nos concelhos de Azurara e Tavares.

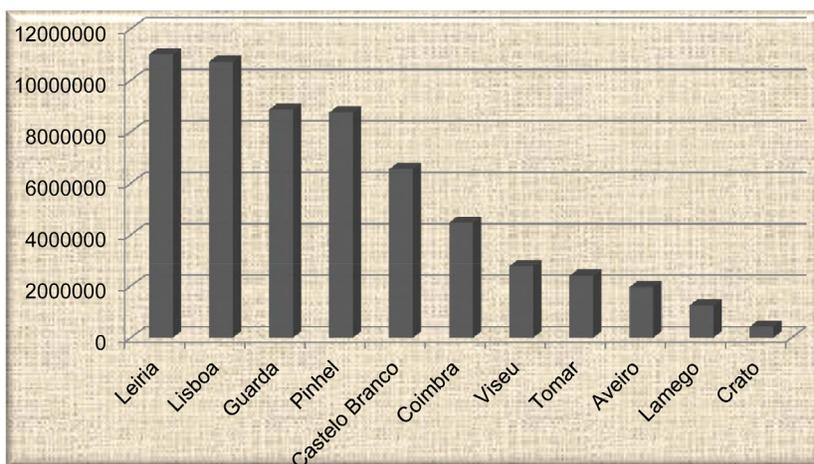
Conhecendo-se na Grã-Bretanha a tragédia que se vivia em Portugal, o Parlamento e a população arrecadaram grandes somas de dinheiro destinadas às vítimas portuguesas da 3ª invasão. Para organizar a

39 Arquivo Distrital de Viseu, *Livro de Pastoris e capítulos de visitas da freguesia de Santiago de Cassurrães* (1796-1885), fls. 74v-75v.

40 Ver LOPES, Maria Antónia - “Mujeres (y hombres) víctimas de la 3ª invasión francesa...”, cit.

partilha das verbas, que ascendiam a mais de 60 milhões de réis, foi constituída uma comissão central em Lisboa, a Junta dos Socorros da Subscrição Britânica, dirigida pelo cônsul inglês⁴¹ que, afastando-se da praxis portuguesa, encarregou os bispos da distribuição dos donativos⁴². Parte da verba confiada aos prelados era expressamente destinada a hospitais. Contudo, os governadores do Reino não deixaram de exercer a sua fiscalização: por portaria de 16 de Agosto de 1811 ordenaram que se publicasse a lista das quantias distribuídas ou a distribuir e as entidades a quem foram confiadas, o que foi cumprido nesse mesmo mês, no dia 20⁴³. Eis como, até Agosto de 1811, se repartiu essa verba que atingia os 60.600.000 réis:

Gráfico 1 – Distribuição do Donativo Britânico (réis) até Agosto de 1811



Fonte: Publicação da Junta dos Socorros da Subscrição Britânica, Lisboa, Impressão Regia, 1811.

41 John Jeffery. A comissão era composta por dez indivíduos, sendo ingleses pelo menos cinco deles.

42 Dioceses de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Lamego, Leiria, Lisboa, Pinhel, Viseu, prelazia de Tomar e priorado do Crato. O território da actual diocese de Santarém pertencia então à de Lisboa.

43 Lisboa, Impressão Regia, 1811 (folha avulsa).

A distribuição do donativo revela, uma vez mais, que muito mais grave do que no bispado de Viseu foi a devastação das dioceses (então existentes) de Leiria, Lisboa, Guarda, Pinhel, Castelo Branco e Coimbra. De facto, o actual distrito de Viseu e concretamente o concelho de Mangualde, apesar do que sofreram, estiveram longe de ser os mais martirizados. Em Setembro de 1810 o exército de Massena destruiu e assassinou sem piedade em Terras de Azurara e de Tavares mas, felizmente, não se registaram vítimas mortais na retirada de Março do ano seguinte quando, acossados pela fome, os Franceses capturavam, torturavam e matavam os camponeses que descobriam.

Identificação das vítimas mortais conhecidas do actual concelho de Mangualde

- Ana, casada com Bernardo, residente em Canedo do Mato - Mangualde, morta em 1810,09,22.
- Ana Lourenço, solteira, residente em Fornos de Maceira Dão, morta em 1811,03,18.
- Aniceto Ferreira, casado com Maria de Figueiredo, residente em Tragos - Chãs de Tavares, morto em 1810,09,18.
- António da Costa, solteiro, residente em Ançada - Mangualde, morto em 1810,09,22.
- António Gonçalves, residente em Mangualde, morto em 1810,09,20.
- António Lopes, solteiro, residente em Cunha Baixa, morto em 1810,09,19.
- Bernarda Maria, casada com José de Figueiredo de Andrada, residente em Fornos de Maceira Dão, morta em 1810,09,19.

- Esperança Lopes, casada com Miguel da Cruz, residente em Fornos de Maceira Dão, morta em 1810,09,19.
- Eufémia de Loureiro, solteira, residente em Gandufe - Espinho, morta em 1810,12,25.
- Francisco de Albuquerque, casado com Maria de Albuquerque, residente em Tabosa - Fornos de Maceira Dão, morto em 1810,09,19.
- Francisco do Amaral Coelho (padre), solteiro, residente em Corvaceira - Chãs de Tavares, morto em 1810,09,18.
- Francisco Gomes, residente em Santo André - Mangualde, morto em 1810,09,23.
- Francisco Sebastião de Figueiredo, viúvo de Eufémia Figueiredo, residente em Lobelhe do Mato, morto em 1810,09,19.
- Jerónimo de Almeida, casado com Maria Ferreira, residente em Matados - Chãs de Tavares, morto em 1810,09,18.
- Joana de Aguiar, casada com José Marques, residente em Quintela de Azurara, morta em 1810,09,19.
- José, solteiro, residente em S. Cosmado - Mangualde, morto em 1810,09,23.
- José Cardoso, viúvo de Mariana de Loureiro, residente em Tibalde de Cima - Fornos de Maceira Dão, morto em 1810,09,19.
- José Cardoso, casado com Rita Maria, residente em Mesquitela, morto em 1810,09,?.
- José da Costa, solteiro, residente em Passos - Mangualde, morto em 1810,09,23.
- José da Costa Monteiro, residente em Quinta do Rio Dão - Mangualde, morto em 1810,09,22.
- José Fernandes, casado com Maria Teixeira, residente em Cunha Baixa, morto em 1810,09,19.
- José Fernandes, residente em Pinheiro - Mangualde, morto em 1810,09,21.

- José Lopes, residente em Almeidinha - Mangualde, morto em 1810,09,20.
- José Lopes, casado com Maria Teresa, residente em Mesquitela, morto em 1810,09,?.
- José Lopes Lourenço, casado com Maria Pais, residente em Cunha Baixa, morto em 1810,09,19.
- José Marques Calabrina, residente em Espinho, morto em 1810,09,18.
- José Ribeiro, residente em Canedo do Mato - Mangualde, morto em 1810,09,22.
- José Rodrigues, casado com Rita Fevereiro, residente em Espinho, morto em 1810,09,19.
- Josefa Cardoso, solteira, residente em Gandufe - Espinho, morta em 1810,09,20.
- Luís da Costa, solteiro, residente em Ançada - Mangualde, morto em 1810,09,22.
- Manuel da Costa, casado com Luzia, residente em Água Levada - Espinho, morto em 1810,09,20.
- Manuel do Amaral, casado com Maria Josefa, residente em Chãs de Tavares, morto em 1810,09,18.
- Manuel do Couto, viúvo de Maria Joaquina de Sousa, residente em Tibalde de Baixo - Fornos de Maceira Dão, morto em 1810,09,19.
- Manuel Gracias, casado com Micaela Lopes, residente em Contenças de Cima - Santiago de Cassurrães, morto em 1810,09,24.
- Manuel Pais, casado com Maria Josefa, residente em Roda - Mangualde, morto em 1810,09,22.
- Manuel Rodrigues, viúvo de Teresa da Costa, residente em Chãs de Tavares, morto em 1810,11,05.

- Maria de Albuquerque, viúva de Manuel da Costa Frutuoso, enjeitado, residente em Fagilde - Fornos de Maceira Dão, morta em 1810,11,02.
- Maria Francisca do Amaral, residente em Canedo do Mato - Mangualde, morta em 1810,09,23.
- Páscoa Gomes, solteira, residente em Abrunhosa do Mato - Cunha Baixa, morta em 1810,09,23.
- Rosa Maria, casada com Bernardo Rodrigues, residente em Cunha Baixa, morta em 1810,10,02.
- Semião Marques, casado com Rosa Maria, residente em Almeidinha - Mangualde, morto em 1810,09,20.
- Simão da Costa, residente em Cães de Baixo* - Mangualde, morto em 1810,09,23.
- Simão Marques, casado com Ana do Couto, residente em Mesquitela, morto em 1810,09,?.
- Xavier de Almeida, residente em Santo André - Mangualde, morto em 1810,09,23.

*Actual Stª Luzia.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas:

Arquivo Distrital de Viseu, *Livro de Actas da Câmara Municipal de Viseu*, 1809-1810.

Arquivo Distrital de Viseu, *Livro de Pastorais e capítulos de visitas da freguesia de Santiago de Cassurrães* (1796-1885).

Arquivo Distrital de Viseu, *Livro de Receitas e Despesas da Santa Casa da Misericórdia de Viseu*, 1810-1811.

Arquivo Distrital de Viseu, *Registos Paroquiais, Livros de Óbitos, 1810-1811*. Freguesia de Chãs de Tavares.

Arquivo Distrital de Viseu, *Registos Paroquiais, Livros de Óbitos, 1810-1811*. Freguesia de Cunha Baixa.

Arquivo Distrital de Viseu, *Registos Paroquiais, Livros de Óbitos, 1810-1811*. Freguesia de Espinho.

Arquivo Distrital de Viseu, *Registos Paroquiais, Livros de Óbitos, 1810-1811*. Freguesia de Fornos de Maceira Dão.

Arquivo Distrital de Viseu, *Registos Paroquiais, Livros de Óbitos, 1810-1811*. Freguesia de Lobelhe do Mato.

Arquivo Distrital de Viseu, *Registos Paroquiais, Livros de Óbitos, 1810-1811*. Freguesia de Mangualde.

Arquivo Distrital de Viseu, *Registos Paroquiais, Livros de Óbitos, 1810-1811*. Freguesia de Moimenta de Maceira Dão.

Arquivo Distrital de Viseu, *Registos Paroquiais, Livros de Óbitos, 1810-1811*. Freguesia de Póvoa de Cervães.

Arquivo Distrital de Viseu, *Registos Paroquiais, Livros de Óbitos, 1810-1811*. Freguesia de Quintela de Azurara.

Arquivo Distrital de Viseu, *Registos Paroquiais, Livros de Óbitos, 1810-1811*. Freguesia de Santiago de Cassurães.

Arquivo Distrital de Viseu, *Registos Paroquiais, Livros de Óbitos, 1810-1811*. Freguesia de Várzea de Tavares.

Fontes impressas:

BARBOSA, Luís Soares - “Memoria sôbre as enfermidades que tem grassado na Cidade de Leiria, e seu termo...”, *Jornal de Coimbra*. 1813, nº 13, p. 81-82.

CAPELA, José Viriato (coord.) - *As freguesias do distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: s.n., 2010.

KOCH, general - *Memórias de Massena. Campanha de 1810 e 1811 em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

MARBOT, general barão - *Memórias sobre a 3ª invasão francesa*. Lisboa: Caleidoscópio, 2006.

[Publicação da Junta dos Socorros da Subscrição Britânica], Lisboa, Impressão Regia, 1811 (folha avulsa).

SILVA, José Manuel Azevedo e - *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas 7. Mangualde*. Coimbra: CHSC/Palimage, 2009, pp. 10-11.

SILVEIRA, Luís Espinha da (coord.) - *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849. Edição crítica*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001, 3 vols.

Estudos citados:

CASCÃO, Rui - “Demografia e sociedade” em *História de Portugal* dir. por José Mattoso, vol. V, *O Liberalismo*, coord. por Luís R. Torgal e João L. Roque. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 425-439.

LOPES, Maria Antónia - “Mujeres (y hombres) víctimas de la 3ª invasión francesa en el Centro de Portugal” in Emílio de Diego (dir.) e José Luis Martínez Sanz (coord.), *El comienzo de la Guerra de la Independencia*. Madrid: Editorial Actas, 2009, pp. 750-772.

NUNES, António Pires - “A terceira invasão francesa” em Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (dir), *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, vol. 3, pp. 90-147.

OLIVEIRA, João Nunes de - *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*. Viseu: Palimage, 2002.

SECO, Ana Filipa Rodrigues – *O combate de Foz de Arouce (1811): evocação histórica*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2009 (Relatório de Mestrado policopiado).

SILVA, Valentim da – *Concelho de Mangualde (antigo concelho de Azurara da Beira). Subsídios para a História de Portugal*. Porto: Alberto de Oliveira, 1945.

TELO, António José - “A Península nas guerras globais de 1792-1815” em *Guerra Peninsular. Novas interpretações*. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

VICENTE, António Pedro. *Guerra Peninsular, 1801-1814*. Lisboa: Quidnovi, 2007.